



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



LEI Nº 5.458, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

AUTORIZA O MUNICÍPIO A PERMUTAR, CEDER E RECEBER SERVIDORES EXERCENTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, Autarquias e Fundações Municipais autorizados a permutar, ceder e receber por cedência onerosa servidores exercentes de cargos de provimento efetivo da União, dos Estados e Municípios, nos seguintes termos:

I - os titulares dos órgãos de origem e destino dos servidores referidos no *caput* deste artigo apresentarão motivação e comprovarão o interesse público por escrito ao Chefe do Poder Executivo ou ao Presidente do Poder Legislativo;

II - o servidor recebido por permuta será alocado em funções assemelhadas ou equivalentes ao seu cargo e perceberá a remuneração sempre através do órgão de origem, sem nenhum prejuízo salarial; e

III - o servidor recebido por cedência onerosa, para exercer cargo de provimento em comissão ou político, poderá perceber seus vencimentos e demais vantagens pelo órgão cedente a serem pagos pelos cofres municipais, nos termos do § 2º deste artigo.

§ 1º A aceitação da cedência onerosa será deferida pelo órgão de lotação e pela contadoria após comprovada a disponibilidade financeira e orçamentária suficiente para pagamento do ônus sem prejuízo das metas de resultados fiscais e demais requisitos legais.

§ 2º A remuneração devida ao servidor recebido por cedência onerosa deverá ser comprovada mediante certidão, expedida pelo órgão cedente, discriminando as verbas salariais devidas e a contribuição previdenciária, e outros documentos solicitados pelo órgão cessionário.

§ 3º O disposto no inciso III deste artigo não abrange valores decorrentes de atos ou obrigações devidas pelo órgão cedente anteriores e/ou posteriores à cedência.

§ 4º O servidor recebido por cedência onerosa para ocupar cargo de secretário municipal deverá optar pelo subsídio de agente político ou pela remuneração do cargo efetivo de origem.

§ 5º O servidor recebido por cedência onerosa para ocupar cargo de provimento em comissão deverá optar pela remuneração do cargo em comissão ou pela remuneração do cargo efetivo, acrescido da gratificação de representação do cargo de provimento em comissão.

§ 6º O servidor recebido por permuta poderá ser designado para o exercício de função gratificada/confiança, remunerada pelo Município.

§ 7º O servidor recebido por cedência onerosa, amparado por regime próprio de previdência social, a este permanecerá vinculado, cabendo ao órgão cessionário o recolhimento da contribuição previdenciária, obedecidas as regras de contribuição do órgão cedente.

Art. 2º A permuta, a cedência e o recebimento por cedência onerosa serão por prazo determinado, fixado a critério dos órgãos de origem e destino, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse público.

Art. 3º A permuta e o recebimento por cedência onerosa poderão ser revogadas antecipadamente por interesse dos órgãos de origem e destino, por qualquer dos servidores envolvidos ou por quaisquer outras formas previstas no decreto ou portaria.

Parágrafo único. Retornando um dos servidores permutados ao seu órgão de origem, considera-se revogada a permuta em relação ao outro.

Art. 4º Os Poderes Executivo e Legislativo, as Autarquias e Fundações Municipais poderão receber servidores efetivos federais para exercerem cargo de provimento em comissão ou cargo político, conforme ato normativo de localização, expedido pelo Estado de Rondônia ou pela União.

Parágrafo único. O servidor receberá sua remuneração por meio do órgão cedente, exceto quanto às verbas relativas à nomeação para cargos em comissão ou agente político, que serão pagas pelo Município.

Art. 5º A permuta, a cedência e os recebimentos por cedência e por localização só se efetivarão mediante a concordância expressa dos servidores envolvidos e dos órgãos de origem e destino, desde que os servidores não estejam respondendo a processo de sindicância ou administrativo disciplinar.

Parágrafo único. O servidor em estágio probatório poderá ser permutado, cedido ou recebido, ficando suspenso seu estágio probatório e a avaliação de desempenho.

Art. 6º A permuta, a cedência e o recebimento serão homologados por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo e por portaria do Presidente do Poder Legislativo.

Art. 7º Os servidores permutados e recebidos equiparam-se aos servidores efetivos municipais quanto aos direitos e deveres.

§ 1º Não se estende aos servidores referidos no *caput* deste artigo os direitos e vantagens previstos em Estatuto e Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, salvo previsão expressa em lei.

§ 2º A jornada de trabalho dos servidores de que tratam os artigos 1º e 4º desta Lei será estabelecida pelo respectivo órgão de lotação.

§ 3º A obrigação do fornecimento do auxílio transporte ou diária de viagem a serviço deverá ser satisfeita pelo órgão de lotação.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos agentes responsáveis dos órgãos de origem e destino.

Art. 9º Aplicam-se, no que couber, as regras dispostas nesta Lei às permutas e cedências e aos recebimentos de servidores por cedência e por localização que estejam em vigor na data de publicação desta Lei.

Art. 10. Os servidores municipais cedidos serão regidos pelas disposições contidas na Lei Complementar nº 007, de 24 de outubro de 1996, e pelo disposto no inciso I do artigo 1º e artigos 2º e 5º desta Lei.

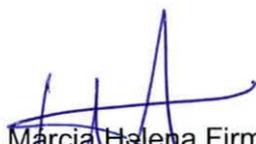
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis nºs 2.533, de 9 de dezembro de 2008; 2.590, de 9 de abril de 2009; e 4.761, 7 de dezembro de 2017.

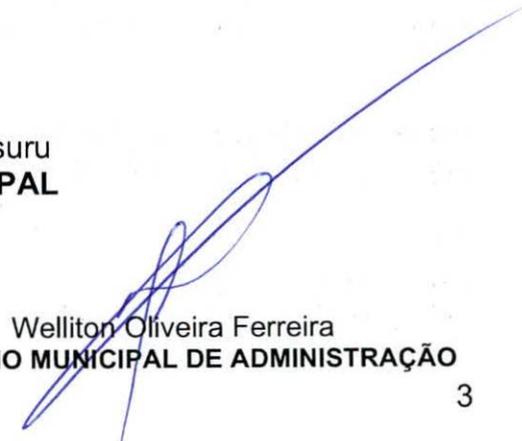
Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 19 de fevereiro de 2021.



Eduardo Toshiya Tsuru
PREFEITO MUNICIPAL



Marcia Helena Firmino
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO



Welliton Oliveira Ferreira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO